



NÃO PINTCHA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

CIMEIRA — MOÇAMBIQUE, ANGOLA, S. TOMÉ E PRÍNCIPE, CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU PÁTRIA DE CABRAL RECEBE COMBATENTES DA LIBERDADE

EDITORIAL

A Pátria de Amílcar Cabral recebe hoje os Presidentes Aristides Pereira, Samora Machel, José Eduardo dos Santos e Pinto da Costa, militantes da primeira hora, que ontem, nas matas iluminadas pelo napalm, se destacaram na luta pela independência das suas terras africanas subjugadas pelo colonialismo.

Guiné-Bissau Independente, acolhe com ardor e confiança renovados estes dirigentes que, juntamente com outro filho dilecto de África, Nino Vieira, são os legítimos continuadores da Obra gloriosa iniciada por Cabral, Neto e Mondlane.

Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, nomes ressonantes que atingiram dimensão universal na epopeia libertadora que devastou o último bastião colonial do nosso continente. Juntos escrevemos capítulos que sobressaem na história contemporânea. O preço foi elevado e jamais contabilizado. Na mesma trincheira sofremos e no mesmo cerco vertemos lágrimas de dor em Mueda, Pindjiguiti, Kassinga, Baixa do Quisanje, Batepá e Tarrafal.

Foi ante a presença secular e opressora do colonial fascismo que juntámos as nossas forças e constituímos uma vasta frente que pôs em evidência uma verdade indelével: «nenhuma força pode impedir o avanço de um povo decidido...».

Caminhando firmes, a passos seguros, organizados pelos nossos Partidos de vanguarda, PAIGC, FRELIMO, MPLA e MLSTP e em sintonia com os anseios dos nossos povos, atingimos o fito principal — Independência Nacional. Conquistámos o direito à palavra, o direito à expressão, a possibilidade de optar entre o sim e o não. Rejeitámos a via fácil que vinha aliciando à África com projectos neocoloniais e afirmámos-nos senhores do nosso próprio destino.

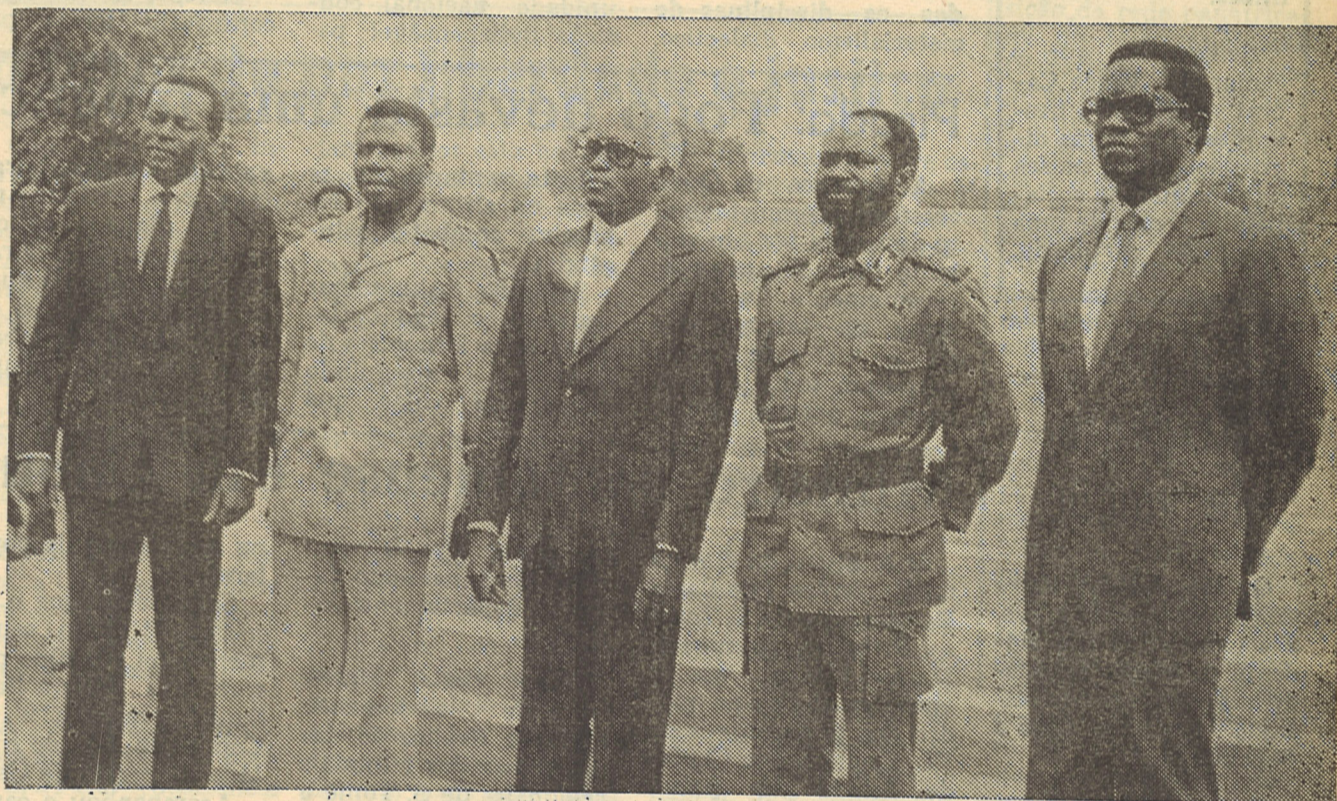
Era a História assumida e sentida na plenitude dos actos e factos que forjam as nações.

Emergentes de uma guerra dura e desgastante, vimos a aurora da independência, manchada por um período conturbado que sacudia mesmo os países mais fortes. Uma forte crise económica atingia com particular incidência o «Terceiro Mundo».

Neste contexto, encontramos maiores razões para dar continuidade à nossa solidariedade fraterna e militante. Surgiu um outro inimigo, agora sem rosto, o subdesenvolvimento.

A homogeneidade política e ideológica que alimentou em grande parte as nossas vitórias de ontem, encontrou agora novos suportes para ganhar formas institucionais, capazes de imprimir uma dinâmica exemplar de cooperação, muitas vezes ausente entre os países subdesenvolvidos.

(Continua na pág. 8)



São esperados hoje, na nossa capital, os Presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos, de Moçambique, Samora Machel, de Cabo Verde, Aristides Pereira e de S. Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa que, juntamente com o General de Divisão, Nino Vieira, participam na IV Cimeira dos Chefes de Estado dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa, a realizar em Bissau amanhã, domingo e segunda-feira.

Os Chefes de Estado serão recebidos pelo Presidente Nino Vieira e depositarão uma coroa de flores no Mausoléu Amílcar Cabral e no Monumento dos Heróis da Luta de Libertação Nacional. Antes de deixarem Bissau, na próxima terça-feira, os ilustres hóspedes serão honrados com um jantar oficial oferecido pelo camarada Bernardo Vieira.

COMISSÃO MINISTERIAL ENCERRA TRABALHOS



A II reunião da Comissão Ministerial preparatória da IV Cimeira dos Chefes de Estado dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa terminou ontem, em Bissau, com aprovação de documentos que serão submetidos à Conferência dos Chefes de Estado.

A reunião decorreu sob a presidência do camarada Fidélis Cabral de Almada, ministro guineense dos Negócios Estrangeiros, que proferiu o discurso de encerramento.

Ver centrais e página 8.

Terminou o 8.º curso de formação política

Acordo PAIGC PSUA

Um acordo de cooperação entre o Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA) e o PAIGC, foi assinado na passada segunda-feira, em Berlim, entre os camaradas Horts Dohls e Vasco Cabral, ambos membros do Bureau Político dos seus respectivos Partidos.

O presente acordo, saliente-se, tem uma duração de dois anos, e foi assinado no quadro da amizade e cooperação que sempre existiu entre as nossas duas organizações políticas.

Recorde-se, que o camarada Vasco Cabral se encontra neste momento numa digressão pelos países da comunidade socialista, à frente de uma delegação partidária.

Caió: Acidente de viação

Quinze feridos, entre eles um em estado grave, é o balanço de um acidente de viação registado representando na estrada que liga Caió a Sanchungo.

A causa do acidente foi devido a excesso de velocidade do Land Rover, com matrícula CA-2728 que, ao entrar numa curva, derrapou, esquivando-se de um ciclista que circulava em sentido contrário, vindo a capotar.

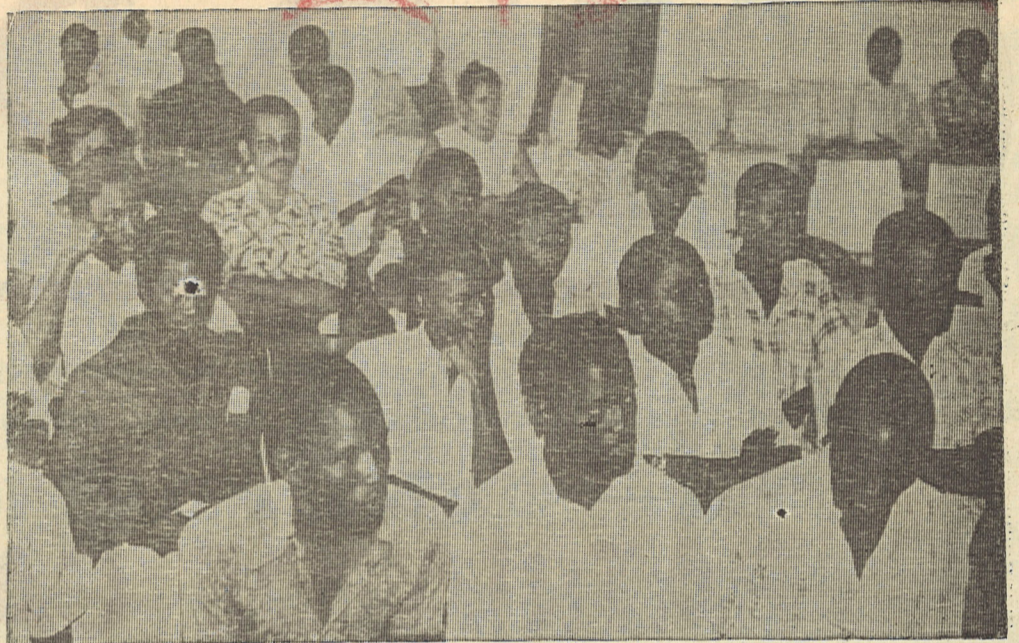
Teve lugar no fim da manhã da passada quarta-feira, no salão de reuniões do Secretariado do Comité Central do PAIGC, a cerimónia de encerramento do oitavo Curso de Superação Política, decorrida na Escola Nacional de Partido Amílcar Cabral. A sessão foi presidida pelo camarada Tiago Aleluia Lopes, do Bureau Político do Partido e Presidente de Verificação e Controlo do Comité Central do PAIGC.

O referido curso, dirigido aos membros dos comités de secções e zonas nos bairros e locais de trabalho, do Sector Autónomo de Bissau, participando cerca de 48 elementos, teve uma duração de três meses. Durante este período, foram ministradas as disciplinas de materialismo dialéctico.

luta de classes, economia política, de acordo com as nossas realidades e a posição dos países do Terceiro Mundo, face à actual conjuntura internacional.

Ao falar no acto do encerramento, o camarada Tiago Aleluia Lopes, referiu-se sobre o papel que cabe ao militante, armado ideológica e politicamente, como base complementar para a busca de solução económica do nosso país. Mais à frente, sublinhou também o papel dos comités de base do Partido.

Também a luta contra o divisionismo, tribalismo e o regionalismo, foi recomendado pelo camarada Tiago Aleluia Lopes, salientando, que neste momento, a principal tarefa dos Comités de base é lutar pela unidade nacional, condição indispensável pa-



Vários militantes têm passado pela Escola de Superação Política do Partido (foto arquivo)

ra o desenvolvimento sócio-económico da nossa terra.

Saliente-se que se encontravam ainda pre-

sentes, na cerimónia, o camarada António Borges, do CC do PAIGC e Presidente do Comité de Partido do Sector

Autónomo de Bissau, professores internacionalistas da RDA e representantes da Escola Nacional do Partido.

Pirada: Fogo devasta uma tabanca

A tabanca de Quelbessé foi completamente destruída por um violento incêndio, ocorrido recentemente. Os moradores da tabanca, que fica no sector de Pirada, perderam todos os seus haveres porque, devido

a forte ventania que se fazia na altura, não foi possível combater o incêndio.

Segundo testemunhas oculares, o fogo deflagrou-se na República do Senegal, conseguindo vencer as valas que

existem na fronteira e invadir o território nacional. Saliente-se, que as chamas, destruíram ainda uma casa da guarda-fronteira, quatro casas de uma outra tabanca e mais dois campos de cajueiros.

Conferência do Partido

Terminou em Safim, a Conferência do Partido no Sector, que foi dirigida pelo camarada Pedro Vaz, presidente do Comité do Partido e Estado do mesmo sector.

A conferência decorreu durante dois dias, na Escola do Ensino Básico Elementar, com a participação de 42 delegados, eleitos na conferência das secções que integram aquele sector.

Foi eleito o Comité de Partido no sector e dez delegados à conferência regional, a ter lugar, brevemente, em Quinhamei.

Entretanto, no final da reunião, o camarada responsável pela organização do Partido, encorajou os delegados a empenharem-se no trabalho do Partido, aumentar a produção, combater os ladrões e apoiar as organizações de massas.

Ministro santomense em Gabú

O Ministro da Justiça da República Popular e Democrática de S. Tomé e Príncipe, camarada Manuel Vares, que se encontra no país no quadro dos preparativos da IV Cimeira dos Chefes de Estado dos países africanos de expressão oficial portuguesa, a reunir na nossa capital, efectuou uma visita de cerca de 24 horas à região de Gabú.

Durante a sua permanência na cidade de Gabú, o camarada Vares viu as instalações do tribunal regional, onde

se inteirou das estruturas e funcionamento daquele departamento estatal.

Nessa visita, aquele dirigente santomense fez uma explicação das estruturas dos tribunais regionais de S. Tomé e louvou o bom funcionamento da nossa Justiça que tem conduzido a justiça popular de uma forma justa e correcta para o bem do povo.

Afirmou, ainda, que iria falar ao seu povo das experiências constatadas, no que concer-

ne aos tribunais populares.

Saliente-se, que o camarada Ministro santomense, foi recebido pelo camarada Malam Bacai Sanhá, presidente do Comité do Partido e Estado da região de Gabú.

Acompanhou o camarada Vares, nesta deslocação, um alto funcionário do Ministério da Justiça da Guiné-Bissau.

Entretanto, este dirigente foi recebido, em audiência, pelo Primeiro-Ministro, camarada Victor Saúde Maria.

Desvio de material

No passado dia 12 do corrente mês, foram detidos pela polícia da Investigação Criminal do sector de Canchungo três indivíduos, por terem desviado cerca de 62 caixas de azulejos, e diverso material sanitário, nos armazéns de materiais do hospital em construção.

Trata-se de Paulo C6, de 26 anos de idade, solteiro, Toneca Bernardo, de 30 anos de idade, solteiro, Dam Tchuda, de 20 anos de idade, solteiro e Seni Mané, solteiro, de 20 anos de idade, todos trabalhadores da obra em curso do novo hospital.

Responde o povo

"Ano de acção e não de palavras" - cumprido?

A palavra de ordem de 1983 foi «Ano de acção e não de palavras».

Um slogan — uma necessidade.

Será que esta palavra de ordem foi cumprida? Será que toda a gente entendeu o que se preconizou?

Com esta palavra de ordem, pretendia-se mobilizar o nosso povo para as tarefas do dia-a-dia, para que se empenhasse no processo histórico, em prol da Reconstrução Nacional, aumentando a produção e a produtividade.

É neste contexto, que se insere «O RESPONDE O POVO» desta edição, cujas respostas transcrevemos na íntegra.

«FOI CUMPRIDA A PALAVRA DE ORDEM»

Banora Saqui, agricultor, de 34 anos de

idade, morador no bairro de Nema.

«No meu ponto de vista, acho que a palavra de ordem foi cum-

prida na medida em que, todo o povo tem trabalhado com ardor e harmonia para o avanço do nosso jovem país».

A palavra de ordem lançada pelo camarada Presidente, foi entendida pelo nosso povo, que agora compreende que é necessário trabalhar cada vez mais, no sentido de aumentar a produção e a produtividade, para o desenvolvimento do país».

«É indispensável que todos os verdadeiros filhos desta terra tenham bem patente, na cabeça,

de que só unidos, em torno de um objectivo comum, conseguiremos atingir a meta que pretendemos».

«FOI CUMPRIDA NO MÍNIMO»

Zaqui Tomás Indi, de 30 anos de idade, mecânico de profissão, morador no bairro de Cuntum.

«Acho que a palavra de ordem foi cumprida no mínimo, isto porque, tudo se faz por etapas. Há um velho ditado

que diz o seguinte: Pouco a pouco se vai ao longe».

«A responsabilidade que temos, de momento, é pesada por isso, o povo trabalhador da Guiné-Bissau deve dar toda a sua energia, trabalhar cada vez mais para que possamos, de facto, atingir o objectivo que pretendemos».

«NÃO PARAR NUNCA»

Alina Gomes, doméstica, moradora em Santa Luzia.

«Ainda que o camarada Presidente

reconize, no fim deste ano, outro lema para 1984, o povo guineense não pode parar nunca, deixando que as palavras ultrapassem as acções. Só com muito trabalho de todos, poderemos avançar. Penso que isto está bastante claro, para os filhos da Guiné-Bissau.

Produzir mais e cada vez melhor, tem de estar sempre na nossa mente. se queremos de facto construir uma terra livre e economicamente independente».

Governo adopta plano de emergência para sanear a economia do País

A República Popular de Angola foi proclamada a 11 de Novembro de 1975, em condições extremamente difíceis, caracterizadas por uma quase completa paralisação da vida nacional e com uma economia arruinada, devido não só à pesada herança colonial, como a agressão de que era vítima.

Uma queda catastrófica da produção, um desemprego em massa e crescente, uma escassez aguda de matérias-primas e materiais para a produção, bem como de meios de transportes e bens essenciais de consumo para a população eis, em traços gerais, o quadro de Angola nos primeiros dois anos de independência, de um país vítima de agressões estrangeiras.

Esta crítica situação, dada aos inúmeros problemas de ordem social, mereceu uma especial atenção dos órgãos dirigentes da Nação, que não pouparam esforços com vista a minimizar as carências existentes.

Com a realização do I Congresso do MPLA e a sua transformação em Partido de vanguarda da classe operária (MPLA-Partido do Trabalho), em Dezembro de 1977, o povo angolano viria a ganhar um instrumento forte na direcção do Estado permitindo, deste modo, a implantação de estruturas estatais e a participação directa e efectiva das massas no poder, princípio inalienável na construção de uma sociedade socialista.

O Congresso, após um balanço e estudo completo da situação do país, definiu medidas concretas e traçou orientações fundamentais para o desenvolvimento económico-social. Estas medidas e orientações visavam, fundamentalmente, o alargamento do sector socialista económico-social,

que era já cada vez mais dirigida pelo Estado, em prol da consecução dos objectivos nacionais.

Após a constituição e o alargamento duma parte do sector socialista da economia, principalmente, através do controlo pelo Estado das propriedades abandonadas pelos seus anteriores detentores ou admi-

ma data, cerca de 40 por cento para o volume total de produção mercantil controlada, no que respeita a vários tipos de culturas e produtos pecuários.

Da mesma forma, reforçou-se o controlo estatal sobre o comércio externo e tornou-se mais eficaz a direcção sobre as operações cambiais, com a publicação

em relação ao ano de 1978.

A nível da educação, concretizaram-se também, importantes acções tendentes a completa liquidação do sistema educacional colonial e a criação de um novo sistema exclusivamente dependente do Estado, com carácter gratuito e obrigatório até à quarta classe, sen-

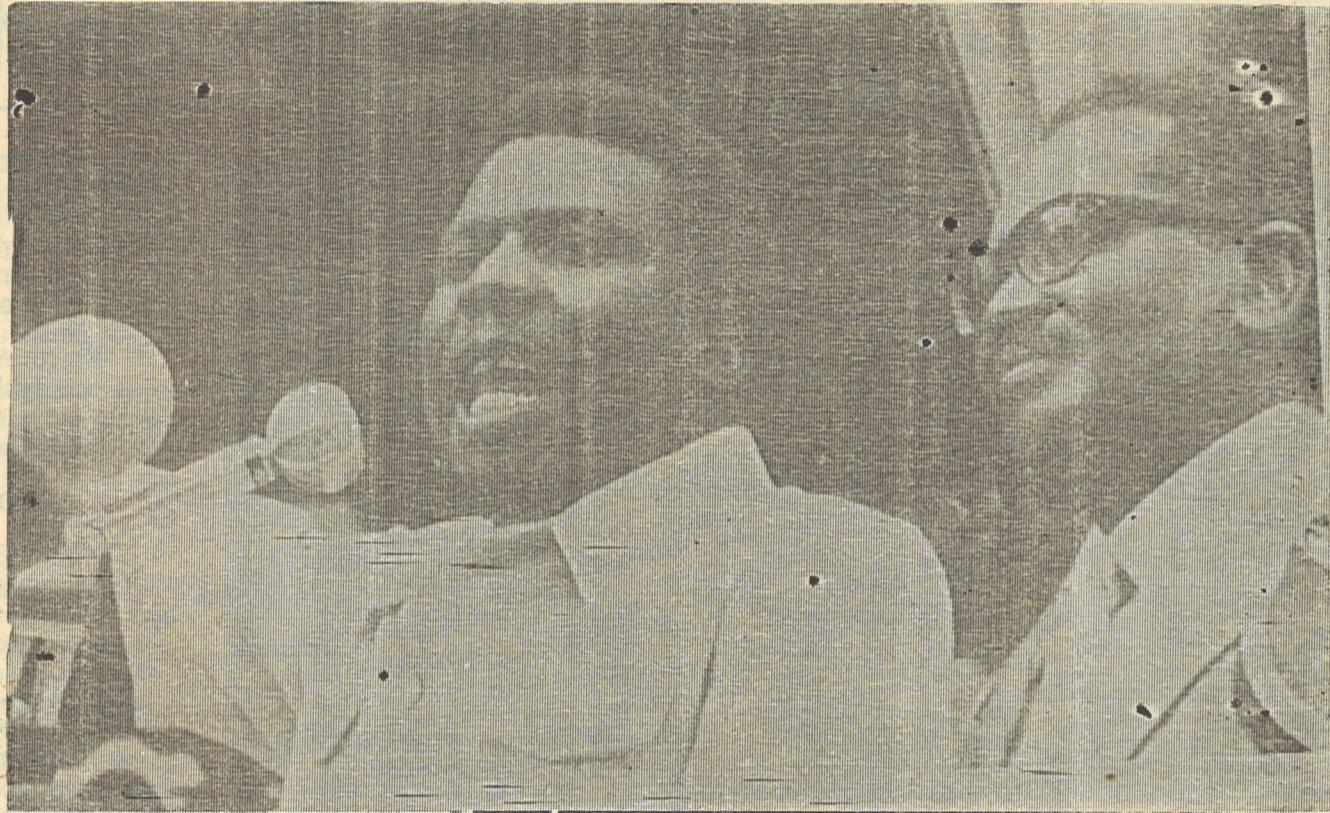
relevante acção de massas, o programa alargado de vacinação desencadeado em todo o país. Angola tem neste momento mais médicos do que no tempo colonial.

Estes apenas alguns êxitos que, certamente teriam sido maiores, se não fosse a situação de guerra permanente que Angola vive, desde meses antes da sua procla-

É com vista a esta recuperação que foi abdicada uma política de austeridade, que vigora desde 1981, no país. Para o mesmo efeito, em meados de 1982, o órgão dirigente do Estado, o Partido, decidiu transformar o Plano Nacional de 1983 em Plano Global de Emergência.

Este Plano de Emergência visa, através de medidas concertadas e orientadas, os objectivos e sectores bem delimitados e de fundamental importância para a vida económica, o saneamento da situação financeira do país e levar a que a estrutura financeira assumida de facto o seu papel de instrumento de direcção da vida económica social.

Como complemento desta medida, foram recentemente criados os conselhos militares regionais que permitirão o estabelecimento de uma acção mais coordenada entre as áreas militares, económicas, sociais e políticas, e uma coordenação íntima, a nível regional, entre as questões económicas e sociais, bem como o asseguramento da adaptação e adequação da actividade económica às necessidades da defesa nacional. Com a implantação dos conselhos militares regionais, que se encontram nas áreas mais afectadas pela actividade sabotadora do regime racista da África do Sul, o MPLA - Partido do Trabalho e o Governo da RPA pretendem, desta forma, eliminar todo e qualquer tipo de acção bandidesca dos grupos fantoches, que tentam desestabilizar o normal desenvolvimento sócio-económico do país garantindo, assim, uma estabilidade e harmonia na realização do processo socialista, para o bem das massas trabalhadoras.



Nino Vieira, ao lado do saudoso líder angolano, Agostinho Neto nas comemorações da independência de Angola

nistradores, o governo dedicou especial atenção no reforço do controlo estatal sobre a actividade das companhias estrangeiras cuja colaboração era e continua a ser necessária para o desenvolvimento sócio-económico do país.

A agricultura, não permaneceu à margem destas medidas. A política de integração deste sector na esfera das relações socialistas, melhorar as condições de vida dos camponeses e desenvolver a produção, seguiu-se a política do alargamento dos sectores cooperativos, tendo sido criadas, até 1980, cerca de 350 unidades de produção estatais que contribuíram, até à mes-

de uma nova lei sobre o orçamento cambial e, conforme as exigências programáticas do Partido, foram realizadas algumas acções importantes para reforçar a influência do Estado na direcção, planificação e controlo da economia nacional, tanto no sector socialista como no sector privado.

Resultantes das operações e transformações nas estruturas económicas do país, pese embora as dificuldades de vária ordem, os níveis de produção alcançados em 1981 situaram-se em cerca de 50 por cento dos valores atingidos em 1973, o que representa um crescimento de cerca de 9 por cento

do evitante a grande explosão escolar registada após a independência em que, só no ensino do primeiro nível, houve um aumento no número de alunos para dois milhões, o que representa quatro vezes mais em relação às metas do colonialismo.

O carácter também gratuito, da assistência médica e medicamentosa é uma importante conquista da revolução e das massas trabalhadoras. Ao longo destes anos de independência, foram e têm sido desencadeadas acções tendentes a reforçar a estrutura hospitalar. No quadro da medicina preventiva, constitui uma

mação e movida pelo imperialismo, visando implantar, no país, um regime ao serviço dos seus inconfessáveis desígnios de exploração e opressão.

A agravar esta situação, numa altura em que o país mais necessidades tem de recorrer a importação, as receitas cambiais do país têm diminuído devido a baixa dos preços do petróleo, diamantes e café no mercado internacional, principais fontes de divisas.

Perante esta situação, os angolanos não tiveram outras alternativas senão tomar medidas tendentes a uma recuperação e ultrapassagem destas dificuldades.

Consequências da guerra

Estradas minadas, pontes destruídas, linhas de alta tensão cortadas, carris retorcidos, complexos hidroeléctricos paralisados, plantações queimadas, viaturas inutilizadas, são os resultados da guerra conduzida contra o povo angolano, pela racista África do Sul.

Muito recentemente, o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos sublinhou,

que os prejuízos causados pelas agressões sul-africanas, iniciadas antes da independência, ascendem a mais de 10 biliões de dólares.

Esta soma cresce todos os dias, quer pelo desenvolvimento das acções dos fantoches da Unita, quer pela permanência de tropas sul-africanas numa vasta área do sul de Angola, com enor-

mes recursos pecuários.

Não será fácil contabilizar o dano principal que a nova fase da guerra causa à economia de Angola - a paralisação parcial da circulação de mercadorias.

A nova fase da guerra consiste, na utilização de pequenas unidades de mercenários, especializadas em sabotagem. Um dos alvos preferenciais tem

sido as vias férreas.

Barragens e linhas de alta tensão não têm sido poupadas, num país com uma extensão que torna a defesa desses objectivos praticamente impossível. Cortar o abastecimento da energia, impede o funcionamento da indústria e complica a vida nos centros urbanos.

O Governo angolano tem feito grandes

esforços no sentido de colmatar graves deficiências no abastecimento das populações. Tem enfrentado o déficit sistemático de muitas unidades económicas do Estado, para que definiu as empresas prioritárias e corrigiu desvios orçamentais.

Promulgou, um plano de emergência económico, como resposta ao agravamento da

guerra em várias regiões do país.

Ao declarar o estado de emergência na economia, o Presidente José Eduardo dos Santos precisou, de imediato, os sectores carentes de uma acção governativa mais enérgica, que se podem resumir num aproveitamento racional dos meios existentes, particularmente dos recursos em divisas.

Fidélis Almada: Uma etapa decisiva

Ao iniciarmos a reunião da Comissão Ministerial Preparatória da IV Cimeira dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, cabe-me o exaltante dever e a grande honra de vos formular os nossos mais calorosos votos de boas vindas na Pátria de Amílcar Cabral.

Esta reunião de concertação, colocada sob o signo da unidade e da fraternidade, vai constituir certamente uma etapa decisiva na caminhada comum dos nossos povos rumo à liberdade, à paz e ao progresso social.

Estamos convencidos de que dela emanarão, à

semelhança dos encontros anteriores, resoluções e decisões importantes com vista ao reforço do relacionamento fraterno e militante entre os nossos países, e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação.

Ao reforçar, com a criação da Comissão Ministerial de Cooperação, o quadro institucional de acompanhamento e controle das medidas preconizadas no âmbito da nossa cooperação económica e cultural, a III Conferência dos Países Africanos de expressão portuguesa, realizada na cidade da Praia, em Setembro do ano transacto, forneceu um importante instrumento de dinamização dos intercâmbios nos vá-

rios domínios, entre os nossos países.

O presente encontro será, a este propósito, uma ocasião privilegiada não só de se fazer o balanço dos resultados alcançados mas, também, de se proceder a uma reflexão sobre as formas susceptíveis de favorecer o incremento das acções de cooperação já iniciadas e a iniciar.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL E AFRICANA

A situação internacional em geral, e africana, particularmente, merecerá de igual modo, uma atenção particular da nossa parte à luz dos acontecimentos m-

Silvino da Luz: As directivas foram cu



Seja-me permitido, antes de mais, expressar agradecimentos às autoridades da Guiné-Bissau, especialmente ao meu irmão e amigo Fidélis Cabral de Almada, pelo acolhimento fraternal que nos dispensaram e por nos terem criado condições e ambiente que garantem um óptimo desenrolar dos nossos trabalhos.

Sabemos de experiência vivida quão árduo é para um país no estágio de desenvolvimento dos nossos países, organizar um evento desta envergadura.

Os primeiros contactos permitiram-nos, porém, constatar que os camaradas da Guiné-Bissau conseguiram, baseando-se na consciência da grandeza dos objectivos comuns, ultrapassar todas as dificuldades e fazer-nos sentir como em casa própria.

Camaradas,

Com satisfação, verifiquei que desde a primeira reunião da nossa Comissão Ministerial de Coordenação em Mindelo, um trabalho notável foi feito. A satisfação que exprimo é, não duvido, partilhada por todos vós aqui presentes, pois que esse trabalho consubstancia em acções práticas a vontade política que subjaz ao acordo de Maputo e à Resolução Geral da III Conferência dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, para só citar esses dois documentos marcantes.

Caros camaradas,

Comprometemo-nos no processo de consolidação da nossa solidariedade política e de construção da solidariedade económica entre os nossos países, cientes de dar continuidade à luta que conduziu à proclamação das nossas independências e de que, tirando partido do que nos une, mais depressa conseguiremos dar corpo aos ideais de justiça, progresso e bem-estar que mobilizaram os nossos povos.

Sob a orientação clarividente dos nossos Chefes de Estado, vimos agindo com modéstia e realismo, visando para além dos obstáculos conjunturais que entravam a materialização da vontade política, mas tendo-os sempre presentes.

Devo regozijar-me, na qualidade de coordenador da Comissão Ministerial criada no ano passado pela Cimeira da Praia, pela total sintonia de objectivos e metodologia e consequente disponibilidade que pude verificar, e que facilitou sobremaneira a tarefa que me fora cometida.

Essa total sintonia e disponibilidade traduziu-se nas frutuosas jornadas de trabalho de Mindelo e na seriedade e empenho que cada um de nós pôs no cumprimento das tarefas distribuídas.

DEFINIR UM QUADRO INSTITUCIONAL CAPAZ

A terceira conferência dos Chefes de Estado destacou a necessidade de definir um quadro institucional capaz de assegurar a coordenação, o incremento da cooperação e o controle das decisões.

Creio poder ser dito que, no essencial, tal directiva foi cumprida.

A Comissão Ministerial dotou-se, com efeito, dos instrumentos mínimos que lhe permitem desempenhar a tarefa de coordenação para que foi mandatada e procedeu, durante a sua primeira reunião, ao levantamento das prioridades de acção e à distribuição de responsabilidades.

A sensação com que então fizáramos de ter, em conjunto, encontrado as melhores vias para materializar o espírito da Cimeira da Praia, confirmou-se nos meses posteriores com a dinâmica desencadeada nos diversos sectores.

Seria útil relembrar aqui o consenso a que chegámos em Mindelo, por ilustrativo do estilo de trabalho por que enveredamos e que, embora provado num lapso de tempo demasiado curto, se mostrou já fecundo.

De facto, cada um dos nossos países tomou o compromisso de fazer reunir a sub-comissão cuja presidência assumiu, para que as acções recensadas pela acta-síntese da III Conferência fossem postas em prática. Cada um dos nossos países comprometeu-se a encorajar, dinamizar e apoiar encontros multilaterais e bilaterais entre organismos, instituições e empresas da área respectiva, que pudessem fornecer matéria de reflexão e enriquecer o trabalho das sub-comissões. Ficou igualmente clara a natureza das funções da comissão ministerial e das sub-comissões sectoriais, essencialmente de coordenação, dinamização e apoio da dinâmica de cada sector. De igual modo ficou estabelecido que os responsáveis de cada sector, organismo, instituição ou empresa deverão prestar contas ao organismo de coordenação da sua área das

iniciativas programadas e levadas à prática, de modo a que sejam harmoniosamente integradas no todo dos objectivos globais. Finalmente, ficou assente a necessidade de apresentarmos à homologação dos Chefes de Estado um plano de acção preciso quanto a objectivos e prazos.

É esta última preocupação que justifica, camaradas, que tenhamos insistido em se reunirem de novo nesta etapa preparatória da IV Conferência, as sub-comissões sectoriais.

COOPERAÇÃO ECONÓMICA ETAPA IMPORTANTE A VENCER

Se concordardes comigo, camaradas, em que a ultrapassagem dos obstáculos à cooperação económica entre os nossos países é uma questão de método, e não de vontade, convireis em que temos mais uma etapa importante a vencer antes da descolagem.

Refiro-me à necessidade de submeter cada área de cooperação, cada acção programada a estudos aprofundados que examinem de todos os ângulos as vantagens e dificuldades que temos à nossa frente. A constituição de grupos especializados de trabalho integrando peritos dos sectores implicados em cada acção dar-nos-á, doravante, uma base científica de trabalho e permitir-nos-á consolidar os avanços já realizados.

CAROS CAMARADAS,

É indubitável que esta conferência se realizou num momento particularmente difícil da vida internacional, em que os focos de tensão se multiplicam e em que o Terceiro Mundo é sacudido aqui e ali por convulsões; em que no Continente Africano, particularmente na sua parte austral, as soberanias das jovens nações, em especial de Angola e Moçambique são ameaçadas pelas forças do racismo e do apartheid; o direito sagrado do povo da Namíbia, espezinhado, e retardado o processo da sua independência contrariamente às resoluções pertinentes da ONU; em que a luta para um devir democrático da África do Sul com igual participação de todas as componentes sociais se torna um dever, não só de todos os seus verdadeiros patriotas, mas de todos aqueles que inscreveram os ideários de paz e de fim à dominação e à exploração dos povos nas suas preocupações políticas de todo o instante.

Neste mundo prenhe de egoísmo dos mais envolvidos, tomam maior dimensão iniciativas como as que no nosso seio desencadeamos, que podem ser exemplo catalizador de maiores energias dos nossos povos e governos, bem como de similares caminhadas a serem encetadas por outros povos das diferentes sub-regiões desta nossa África.

Enquadrados em espaços geo-económicos distintos podemos ser uma ponte que, na senda de uma unidade africana cada vez mais autêntica e forte, estenderá às nossas diferentes sub-regiões, uma a uma, mais na cadeia que paulatinamente se vai consolidando, a dos alicerces do edifício da nossa complementaridade e da nossa independência económica.

Com a confiança renovada na cooperação e desde os primórdios das nossas independências estabelecemos a nível bilateral, e da nossa capacidade conjuntamente sermos capazes de ultrapassar as incertezas de um passado, que vai dando lugar a uma fase mais dinâmica do nosso relacionamento colecti-

va para OS NOSSOS POVOS

recentes.

Com efeito, a conjuntura internacional que vivemos confere ao nosso encontro um cunho particular, colocando a este grupo que constituímos — heterogéneo do ponto de vista geográfico mas homogéneo do ponto de vista político-ideológico — uma pesada responsabilidade.

Os distintos quadros geo-políticos em que cada um dos nossos países se encontra inserido, nunca constituíram um obstáculo maior à prossecução de acções conjugadas.

O exemplo histórico da C.O.N.C.P., ontem e ho-

mpriadas

como Povos e como Estados, depende a preservação da imagem do nosso grupo de países que cada dia vai ganhando na cena internacional mais respeito, pela firmeza e justeza das posições que defende na luta para a instauração de uma nova ordem internacional em que os pequenos e os menos desenvolvidos se vão impondo gradualmente como parceiros iguais e soberanos.

Este é um contributo positivo que modestamente vamos dando ao bem-estar colectivo da África e da humanidade, enquanto parceiros económicos, políticos e culturais plenos, no limiar das grandes viragens históricas em que hoje nos encontramos.

CONCERTAÇÃO POLÍTICA E DIPLOMÁTICA

CAROS CAMARADAS,

A preocupação de dar um impulso decisivo à cooperação económica não secundarizou, de modo nenhum, a concertação política e diplomática. Trata-se de uma área em que a nossa solidariedade começou a dar os seus frutos já durante a luta de libertação nacional e, posteriormente às independências, muito contribuiu para impôr na cena internacional uma imagem de coesão e independência dos nossos cinco países.

Durante o período que mediou entre a III e a IV Conferência, a concertação político-diplomática foi activa entre os nossos Partidos e Governos e desenvolveu-se a todos os níveis de responsabilidade.

O agravamento constante da situação internacional, com reflexos negativos sobre a segurança e sobre o elan de desenvolvimento dos nossos países assim o exigia.

Não passa despercebido, por outro lado, o interesse crescente que as iniciativas do nosso grupo despertam no plano internacional. Tal interesse, motivado pela seriedade e ponderação das nossas acções conjuntas, crescerá ainda mais, logo que ganhe corpo a nossa cooperação económica.

É indubitável que a capacidade negocial de cada um dos nossos países sai assim reforçada.

CAROS CAMARADAS,

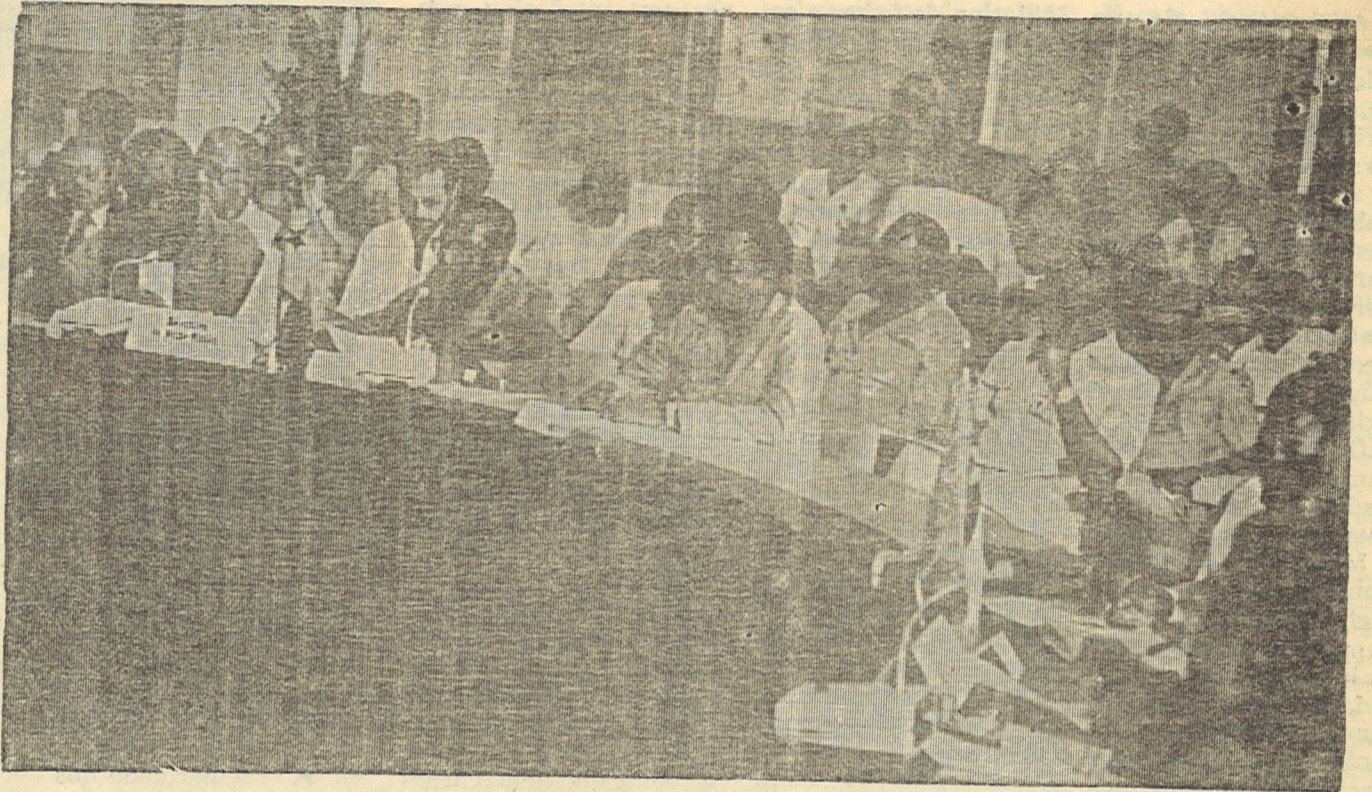
Pode-se dizer com justeza que a III Cimeira deu um impulso decisivo à nossa cooperação, ao instituir esquemas de coordenação e seguimento das decisões.

Coube a Cabo Verde, na qualidade de coordenador, iniciar a rodagem dos mecanismos instituídos.

Creio que, apesar do curto tempo de vida das instituições criadas, é possível, desde já, debruçarmos-nos sobre possíveis aperfeiçoamentos a serem introduzidos, nomeadamente no que respeita ao alargamento de âmbito de algumas das sub-comissões.

Não poderia terminar sem sublinhar de novo quanto a minha tarefa de ministro coordenador foi facilitada pela abertura, franqueza e disponibilidade encontradas em todos os contactos que tiveram de ser feitos.

A todos os camaradas que assim facilitaram o cumprimento da tarefa de que fui incumbido pela III Conferência dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe o meu muito obrigado!



je, o das conferências periódicas dos nossos Chefes de Estado assim como os nossos esforços crescentes visando incentivar a cooperação multilateral, corroboram de maneira evidente tal facto.

A solidariedade fraterna e militante e a comunhão de interesses e objectivos que sempre caracterizaram o relacionamento entre os povos angolano, caboverdiano, guineense, moçambicano e são-tomense constituem, para cada um de nós, uma inegável força, uma inesgotável fonte de inspiração e coragem, e para os outros povos irmãos de África, um exemplo de coesão e de insofismável fraternidade.

Esta coesão, vale dizer, esta nossa força, pusêmo-la ao serviço da paz e do progresso nos nossos países e no nosso Continente.

De incansáveis combatentes da liberdade, irmanados ontem nas matas e na clandestinidade, tornámo-nos, após a reconquista pelos nossos povos da sua personalidade histórica e da sua total independência, em intransigentes defensores da liberdade e do direito inalienável de cada povo de dispôr livremente do seu destino.

Eis porque os nossos Estados constituem alvos de campanhas de desestabilização e de pressões tendentes a impedir a plena consecução do processo de libertação total da África do qual a heróica luta de libertação nacional que levou cada um dos nossos países à independência, constituiu um dos capítulos mais assinaláveis.

O motivo de insegurança que representa para o último bastião do colonialismo e do racismo em África, o aparecimento de novos Estados independentes, de tradição revolucionária e portadores de uma ideologia anti-imperialista, anti-colonialista e anti-racista, explica a intensidade dos incessantes actos de agressão contra os países da Linha da Frente, em particular Angola e Moçambique.

Estes actos visam não só neutralizar o precioso e decisivo apoio prestado aos legítimos representantes dos povos namíbio e sul-africano, a SWAPO e o ANC, respectivamente, mas também impedir todo o progresso sócio-económico, toda a estabilidade política nesses países.

SOLIDARIEDADE COM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Apostando no potente auxílio económico, material, militar e financeiro que recebe de certos países ocidentais, a República da África do Sul continua materializando a sua dupla estratégia, que consiste, por um lado, em desestabilizar os governos legítimos dos estados da região, utilizando para o efeito actos de terrorismo, de genocídio e de sabotagem económica, e, por outro, em promover manobras com vista ao constante adiamento da solução da questão namibiana.

A adopção pela Assembleia Geral da ONU, no princípio do corrente mês, de uma resolução preconizando a aplicação das sanções globais previstas no Ar-

tigo 7 da Carta das Nações Unidas ao encontro da África do Sul, demonstra a profunda consciência da comunidade internacional da necessidade de pôr, enfim, termo à revoltante arbitrariedade, à barbaridade, ao desprezo mais absoluto das normas internacionais que caracterizam o comportamento do regime sul-africano.

No entanto, a força das resoluções, seja qual for a boa fé que presidiu à sua adopção, nunca poderá substituir a dos actos concretos de solidariedade internacional.

Por isso, pensamos ser injusto deixar o povo de Angola, cuja parte do território nacional se encontra ilegalmente ocupada pela África do Sul desde Agosto de 1975, suportar, ele só, o enorme contrapeso da solidariedade incondicional que concede ao povo namíbio, traduzido em milhões de vidas humanas destruídas e em bilhões de dólares de perdas materiais provocadas pelas constantes agressões perpetradas pelo regime racista de Pretória.

O contributo que os nossos estados podem dar no reforço da acção tendente a pôr termo à insustentável situação que prevalece na África Austral, na República Popular de Angola, em particular, inscrever-se-á, decerto, dentre as principais questões a serem abordadas durante o presente encontro.

A questão de Timor Leste, cujos últimos desenvolvimentos não deixam de suscitar a maior inquietação da nossa parte, merecerá igualmente uma atenção especial.

A supressão desta questão da ordem do dia da 38.ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU e o adiamento do exame da situação no Timor para a 39.ª sessão, que resultou de uma iniciativa dos nossos países, exigem que sejam redobrados os esforços e tomadas iniciativas construtivas com vista a garantir o êxito da luta do povo maubere, sob a direcção do FRETILIN, pela afirmação dos seus direitos inalienáveis à independência nacional.

A ampla ofensiva militar indonesiana em curso, a estratégia dos generais indonésios visando a divisão do território do Timor Leste com o intuito de paralizar a acção das unidades e postos de comando militar do FRETILIN, a obstrução feita à actividade do Comité Internacional da Cruz Vermelha e a extrema gravidade da situação imposta pelo invasor com o romper do cessar-fogo, constituem algumas das coordenadas alarmantes desta questão que urge solucionar.

Levar, por todos os meios ao nosso alcance, o governo da Indonésia a conformar-se às resoluções 384 (75) e 389 (76) pelas quais o Conselho de Segurança da ONU exige a retirada imediata de todas as forças indonésias do Timor, constitui, nesse sentido, a única alternativa aceitável para a solução da questão.

(Continua na página — 6)

Seca: Um entrave ao desenvolvimento

A existência de um profundo atraso económico e social herdado do colonialismo, a insularidade e dispersão do território nacional por 10 dias, nove das quais habitadas, a orografia desfavorável de grande parcela da terra caboverdiana, a erosão e a desertificação, a seca que persiste a mais de uma dúzia de anos, são os principais obstáculos e dificuldades que suportam cerca de 300 mil cidadãos de Cabo Verde que vivem na sua pátria.

Mas, tanto o Governo como o povo, têm como meta, derrotar o atraso, a miséria e o sub-desenvolvimento, com a finalidade última de edificar uma sociedade justa, próspera e sem a exploração do homem pelo homem.

Assim, os dirigentes caboverdianos traçaram uma estratégia nacional de desenvolvimento que se assenta numa racionalização dos fracos recursos internos, numa hierarquia dos problemas a resolver e numa avaliação constante do tipo de relações com o

exterior, de forma a evitar situações de dependência. O Governo pretende, que, na actual fase da vida do país se dê uma atenção especial à agricultura e o seu povo acredita convictamente na possibilidade de derrotar o deserto e construir o progresso na sua terra. Considera-se, no entanto, que a indústria e a pesca só numa fase posterior poderão substituir a agricultura como motores do desenvolvimento da República de Cabo Verde.

Muito embora, considere a batalha pelo progresso como um autêntico desafio, Cabo Verde não esquece que o verdadeiro desenvolvimento tem de ser dimensionado de acordo com a realidade e os objectivos do país, tem de se ajustar às suas reais potencialidades.

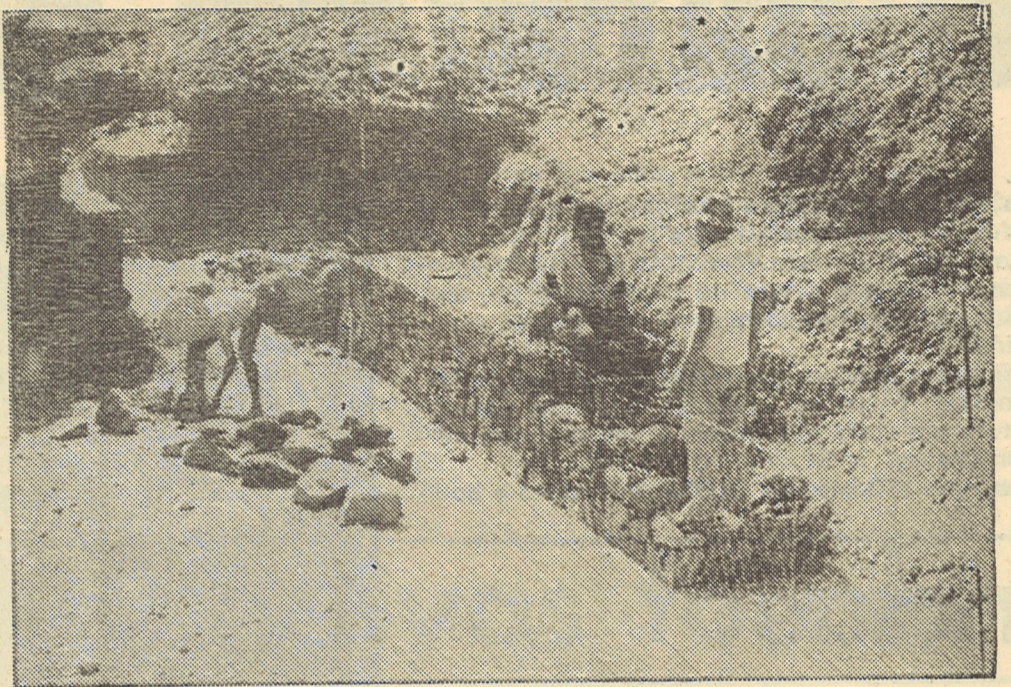
O número de quadros formados é pouco para assegurar a execução do grande número de projectos existentes, particularmente nos campos da conservação e aproveitamento dos recursos

naturais, da construção civil e obras públicas, da indústria, das infra-estruturas de transportes e comunicações, às grandes linhas de desenvolvimento do país. Para concretizar esses projectos, alguns dos quais já integrados no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento para 1982/85, investiram-se desde a independência cerca de 10 milhões e 500 mil contos caboverdianos. O financiamento foi garantido através da ajuda externa, essencialmente

Mas para lá desses financiamentos destinados antes de mais a dotar o país de infra-estruturas básicas e a minorar as consequências da seca prolongada, tem chegado ao arquipélago importantes auxílios do exterior, sobretudo no campo da ajuda alimentar.

ALGUNS PROGRESSOS

O poder de compra da generalidade dos habi-



tantes cresceu significativamente desde a independência. O desemprego foi reduzido a metade, atingindo mesmo assim mais de 40 por cento da população activa. A regularidade dos abastecimentos em bens essenciais, estendeu-se em todo o território.

Os progressos no campo da saúde são evidentes, nomeadamente no que respeita à assistência materno-infantil (com grande diminuição da mortalidade infantil) e o planeamento fami-

liar. O Governo, logo após a independência, estruturou um sistema nacional de saúde com prioridade para acções preventivas. A assistência sanitária passou a ser gratuita para 90 por cento da população e desenvolveram-se acções tendentes a descentralizar os cuidados de saúde.

O analfabetismo que afecta mais de metade da população deverá estar totalmente erradicado antes do fim do sécu-

lo. Está previsto para 1990 a eliminação total deste mal. E o ensino está em vias de ser reorganizado, voltando-se cada dia mais às realidades de Cabo Verde. Outras realizações dignas de mencionar referem-se à construção anual de diques para reter as águas e as campanhas de plantação de milhares e milhares de árvores que conta com a participação activa das populações.

História e geografia

Cabo Verde está situado a cerca de 600 quilómetros da costa africana, mais precisamente da ponta ocidental do Senegal e é constituído por 10 ilhas com cerca de quatro mil quilómetros quadrados e aproximadamente 300 000 habitantes, quase todos concentrados nas três principais ilhas: Santiago, onde se situa a capital, a cidade da Praia, São Vicente, onde situa outra grande cidade, Mindelo, e Santo Antão.

Oitenta por cento da população é mestiça, 19 por cento africana e um por cento europeia. Embora a língua oficial seja o português, o crioulo é a língua mais falada.

Descobertas, segundo uma tese, pelo veneziano Cadamosto em 1456, segundo outra tese, por marinheiros portugueses, o rei Fernando de Portugal fez doação das ilhas a senhores e capitães da confiança da família real, isto é, de caçar, traficar e trocar escravos, numa vasta extensão da costa ocidental africana, então denominada dos «Rios da Guiné e Cabo Verde» desde a foz do rio Senegal à Serra Leoa.

O arquipélago começou por ser, pois, um entreposto de escravos, alguns dos quais eram também utilizados nas primeiras plantações. Com o avanço dos portugueses para o sul e declínio do tráfico de

escravos, o regime dos «morgados» vai intensificar o desenvolvimento das grandes plantações, onde em certa abundância se produz algodão, sisal, milho (principal dieta alimentar do caboverdiano), açúcar, café e oleaginosas, utilizando uma mão-de-obra gratuita, «caçada» nas costas da Guiné.

Para além destas razões, a degradação da agricultura e, conseqüentemente, da economia caboverdiana, deve-se também a outros aspectos mais gerais da exploração colonial, que foi a de bloquear o seu desenvolvimento para não concorrer com as actividades da então Metrópole, caso por exemplo, da pesca e das conservas de peixe, e com as grandes companhias de Angola e Moçambique, caso, por exemplo, do milho e da cana-do-açúcar.

Entretanto, Cabo Verde torna-se independente a 5 de Julho de 1975, tendo como Presidente Aristides Pereira e como Chefe de Governo, Pedro Pires

EMIGRAÇÃO

Mais de 500 mil caboverdianos, quase o dobro da população que habita o arquipélago vivem no estrangeiro, nomeadamente nos Estados Unidos da América, no Canadá, Portugal, Itália, Países Baixos

e França, mas que guardam sempre os laços estreitos com as ilhas, pensando em voltar um dia.

A emigração caboverdiana começou no final do século XVIII, através de navios baleeiros americanos quando estes vieram aos mares do arquipélago à apanha dos cetáceos. A procura de auxiliares na ilha para a faina facilitou a entrada de caboverdianos na América.

Mais o maior êxodo da história das ilhas, em todos os tempos, deu-se no início da década de 60, sem mesmo contar com a emigração forçada que viria a ser extinta após a independência. A ida de caboverdianos para as roças de S. Tomé foi sempre considerada nas ilhas como uma deportação ou, mais propriamente, a uma condenação ao degredo sem ter cometido nenhum crime.

As remessas dos emigrantes contribuem de forma considerável para a sobrevivência financeira, mais concretamente na compensação do «déficit» permanente da balança comercial. Uma parte dos seus recursos são enviados, regularmente, para as suas famílias que ficam nas ilhas ou para investimentos em Cabo Verde, em previsão ou ocasião do seu regresso ao país.

Fidélis Almada

(Continuação da página central)

PROMOVER COOPERAÇÃO MULTIFORME E EXEMPLAR

Caros camaradas,

É para o povo e o Governo da Guiné-Bissau um motivo de profunda alegria abrigar esta Conferência e ter, assim, o exaltante privilégio de acolher em Bissau os dignos representantes dos povos irmãos e amigos de longa data.

Caros camaradas,

Estamos persuadidos de que, conjugando os nossos esforços e a nossa inabalável vontade de

consustanciar os indelévels laços de irmandade e de luta que nos unem, numa cooperação multiforme e exemplar, saberemos mais uma vez merecer a confiança depositada em nós pelos nossos Chefes de Estado e levar judiciosamente a cabo as tarefas que nos confiaram.

Reiteramos a todos os nossos mais sinceros votos de boas vindas e formulamos o desejo de que a vossa estada na nossa capital, não obstante as deficiências que não deixarão de transparecer porque inerentes às dificuldades que o nosso país ora atravessa, seja repleta de impressões e de momen-

tos agradáveis, de amizade e de convivência fraterna que certamente abundarão.

O povo da Guiné-Bissau acolhe-vos, caros camaradas e amigos, com todo o carinho e o calor da sua ancestral hospitalidade.

Que esta terra irmã seja para cada um de vós, durante estes dias de reflexão conjunta e de confraternização, e quiçá para sempre, um segundo lar.

Muito obrigado!

Déficite cerealífero no Sahel

O Secretário Executivo do Comité Inter-Estados da luta contra a seca no Sahel (CILSS), Seck Mane Diack, estimou na passada segunda-feira, em Niamey, o déficite cerealífero dos países membros da organização em 1,6 milhões de toneladas, ou seja, o dobro do déficite de 1973, o pior ano da grande seca dos anos 70 na África Ocidental.

Seck, recebido pelo Presidente Nigerino Seyni Kountche, no quadro da preparação da 5.ª Cimeira dos Chefes de Estado membros do CILSS, prevista para 29 a 31 de Janeiro de 1984, em Niamey, estimou que cerca de 15 por cento do déficite conta com cobertura de ajudas internacionais.

Por outro lado, Seck revelou que a Guiné e a Nigéria apresentaram, recentemente, um pedido de adesão no CILSS, tendo precisado que estes dois pedidos não seriam examinados no decurso da cimeira, devido ao tempo necessário para o estudo dos dossiers de adesão.

Seck falou com o Chefe de Estado Nigeriano sobre os resultados da 14.ª conferência ministerial da organização da conferência isâmica — OCI — que já terminou em Dhaka, Bangladesh.

Segundo as sondagens Preço de petróleo mantém-se estável

O preço mundial do petróleo deverá continuar estável até ao final de 1985, para depois aumentar ligeiramente em função da inflação, indicaram na passada terça-feira estudos realizados por duas grandes agências correctoras da bolsa de Londres.

Os analistas da Phillips And Drew e Loebel Stanley, entregaram, separadamente, estudos do problema petrolífero, que tiveram como referências os resultados da reunião da OPEP, da semana passada.

A Phillips And Drew apresenta a possibilidade de uma nova baixa de preços no primeiro trimestre do próximo ano, contrariamente às previsões avançadas recentemente por outros peritos. Nos Estados Unidos, no decurso dos cinco últimos meses, a procura melhorou em relação ao mesmo período do ano passado. No Japão, aumentou em 2 por cento no terceiro trimestre.

Os stocks, estimam os especialistas, estão próximos do seu nível normal. Embora a OPEP tenha ultrapassado o seu objectivo de produção no terceiro trimestre, as recentes reduções da produção deveriam provocar uma baixa considerável dos «stocks» durante o trimestre corrente.

Os analistas acrescentam que a retomada do consumo e o comportamento da OPEP, deveriam ter um efeito psicológico e encorajador no mercado petrolífero, contrariamente ao produzido no ano passado, quando o preço baixava e os «stocks» eram bastante elevados. No seu conjunto, acrescentam eles, os países da OPEP respeitaram bem as quotas de produção e os preços fixados na conferência de Março passado, em Londres. As suas decisões da semana passada deveriam assegurar um período suplementar de calma no mercado mundial.

Jornalistas a favor da paz liberdade e justiça

A primeira conferência dos «mass-médias dos países Não-Alinhados, realizada em Nova-Deli», apelou na passada segunda-feira os países Não-Alinhados «a fazerem mais do que fizeram até agora», para aumentar a circulação das informações e exortou os jornalistas a «intensificarem» os seus esforços neste sentido.

A conferência, de quatro dias, recomendou a intensificação dos esforços para o estabelecimento de uma ordem mundial equitável, na qual uma nova ordem económica internacional

e uma nova ordem internacional da informação e das comunicações são partes essenciais.

A declaração da Namíbia, adoptada por aclamação, indica que os jornalistas, homens e mulheres, dos países Não-Alinhados levantaram-se para promover a causa da paz, da liberdade e da justiça

Como a paz e a justiça, a liberdade também tem diversos aspectos e não se pode acentuar mais a um que a outro.

A declaração final, pede aos jornalistas para tomarem consciência desta realidade, se dese-

jam ganhar esta batalha de natureza universal.

Qualificando o movimento dos países Não-Alinhados de produto de uma época histórica, a conferência indica que é natural que a luta contra o prosseguimento da predominância ocidental nas diversas tarefas sociais, insuficiência aos seus pensamentos, atitudes e suas políticas.

«Esta conferência, considera que os governos dos países Não-Alinhados podem e devem fazer muito mais do que fizeram até aqui, para aumentar a circulação

das informações entre os seus próprios povos e entre os países Não-Alinhados», indica a declaração final.

A conferência acentuou sobre o facto de que o nível da cooperação entre os «mass-médias» de diferentes países Não-Alinhados continua pouco elevado.

A conferência anotou que se deve fazer ainda mais para promover esta cooperação que poderia reforçar grandemente a capacidade dos países Não-Alinhados de ultrapassar a predominância dos «mass-médias» ocidentais.

ACIDENTES

NAIROBI — 16 pessoas foram mortas e quatro outras ficaram gravemente feridas, na noite de sexta-feira para sábado, durante a colisão de um táxi e um camião na estrada Embu-Chuk, na província oriental, soube-se no domingo em Nairobi.

Entre as vítimas, figuram um bebé de três semanas e o condutor do táxi. No sábado, de manhã, verificou-se um outro acidente que causou oito mortos, próximo da cidade de Murang. Na província central, o autocarro capotou-se. A maioria das vítimas destes dois acidentes deslocava-se à província para celebrar o 20.º aniversário da independência do país, cujas festividades decorreram na passada segunda-feira.

TELECOMUNICAÇÕES

BAMAKO — O Canadá decidiu pôr à disposição da rede pan-africana de telecomunicação (Panafitel), uma ajuda de 40 milhões de dólares a título de uma segunda intervenção, destinada a consolidar esta rede, soube-se no passado sábado em Bamako, durante um seminário técnico sobre a gestão e a manutenção do Panafitel e de uma reunião do seu comité de coordenação.

A primeira fase do projecto Panafitel visa ligar directamente os países africanos tais como: (Benin, Alto Volta, Níger e Senegal), por interconexão com as suas redes de telecomunicações nacionais. Esta, que está quase pronta, constitui uma artéria de telecomunicações para feixes hertzianos que vão de Kaolack (Senegal) a Bohicon (Benin).

TRATADO

TUNIS — Os Presidentes mauritaniano Mohamed Ould Haïdallah e argelino, Chadli Bendjedid assistiram à cerimónia de adesão da Mauritânia ao Tratado de Maghreb de Fraternidade e de Concórdia concluído a 19 de Março de 1983 entre a Tunísia e a Argélia.

O Chefe de Estado mauritaniano havia presidido na terça-feira passada em Argel a uma primeira cerimónia com a participação do Presidente argelino, Chadli Bendjedid, na presença de Mohamed Mzzali, Primeiro-Ministro tunisino.

Do mesmo modo, Mohamed Ben Abdelghani, Primeiro-Ministro argelino, assistiu, na passada quarta-feira, à cerimónia de assinatura no palácio de Carthage. Em seguida deixou Tunísia de regresso a Argel, após ter conversado com o Presidente Bourguiba.

Palestina: Crianças na primeira linha da resistência

Uma dezena de crianças dos 6 aos 15 anos puseram-se de vigia atrás de um muro à beira da estrada e, dum só sinal, grande quantidade de pedras foi lançada contra um jeep militar israelita que passava. Rapidamente os jovens dispersaram-se sem que os soldados pudessem reagir.

Esta cena, que se desenrolou no campo de refugiados palestinos de Kalandiya, no Norte de Jerusalém, repete-se quase que quotidianamente, na maioria dos 19 campos da Cisjordânia. Após vários anos, as crianças estão na primeira linha da resistência à ocupação israelita, tendo as pedras servido de armas e o símbolo desta resistência.

A repressão não poupa os campos que enclausuram os jovens lançadores de pedras: para se proteger, o exército ergueu altos muros e o acesso principal do campo que dava para a estrada Jerusalém-Ramallah foi vedado. Tudo isso foi em vão.

Todas as crianças interrogadas no campo, reconhecem ter atirado pedras num momento, ou a um ou outro soldado ou coluna israelita.

Para os mais jovens, com idades compreendidas entre os cinco e os seis anos, trata-se, sobretudo, de um jogo.

«Os soldados vêm apenas fazer-nos mal», declarou Ahmed, de 12 anos, que passou já oito meses na prisão, há dois anos, por ter apedrejado uma patrulha israelita. Ele atira pedras desde os nove anos, altura em que compreendeu, disse ele, que «vive num país ocupado».

Jamal, que tem 14 anos, começou aos oito anos. Foi apanhado várias vezes pelos soldados e declara ter sido espancado. Um dos seus irmãos, o mais velho, foi condenado no ano passado a quatro meses de prisão e a 2 mil francos franceses de multa.

Mas isso não impede a sua decisão de continuar a atirar pedras contra soldados que ele detesta. Mais tarde, depois dos seus estudos, disse ele sem nenhuma hesitação, juntar-se-á à OLP de Yasser Arafat para se bater «com outras armas contra o ocupante israelita».



Comissão Ministerial encerra trabalhos

A II reunião da Comissão Ministerial preparatória da IV Cimeira dos Chefes de Estado dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa terminou ontem à noite os seus trabalhos em Bissau com aprovação de documentos que serão submetidos aos Chefes de Estado na sua reunião de amanhã, no salão de Congressos.

A reunião preparatória permitiu aos cinco países mais uma vez concertarem os seus pontos de vista, de identificarem as suas posições e de fazerem o balanço da cooperação, elaborando novas propostas de acção para o próximo ano.

O encontro decorreu sob a presidência da Guiné-Bissau, na pessoa do camarada dr. Fidélis Cabral de Almada, ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo como vice-presidente a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, representada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Maria Graça Amorim, e como relator a República Popular de Moçambique.

Depois da inauguração da reunião, quarta-feira, os trabalhos prosseguiram no dia seguinte com a discussão e aprovação do relatório apresentado por Silvino da Luz, como ministro coordenador, sobre as actividades da Comissão Ministerial

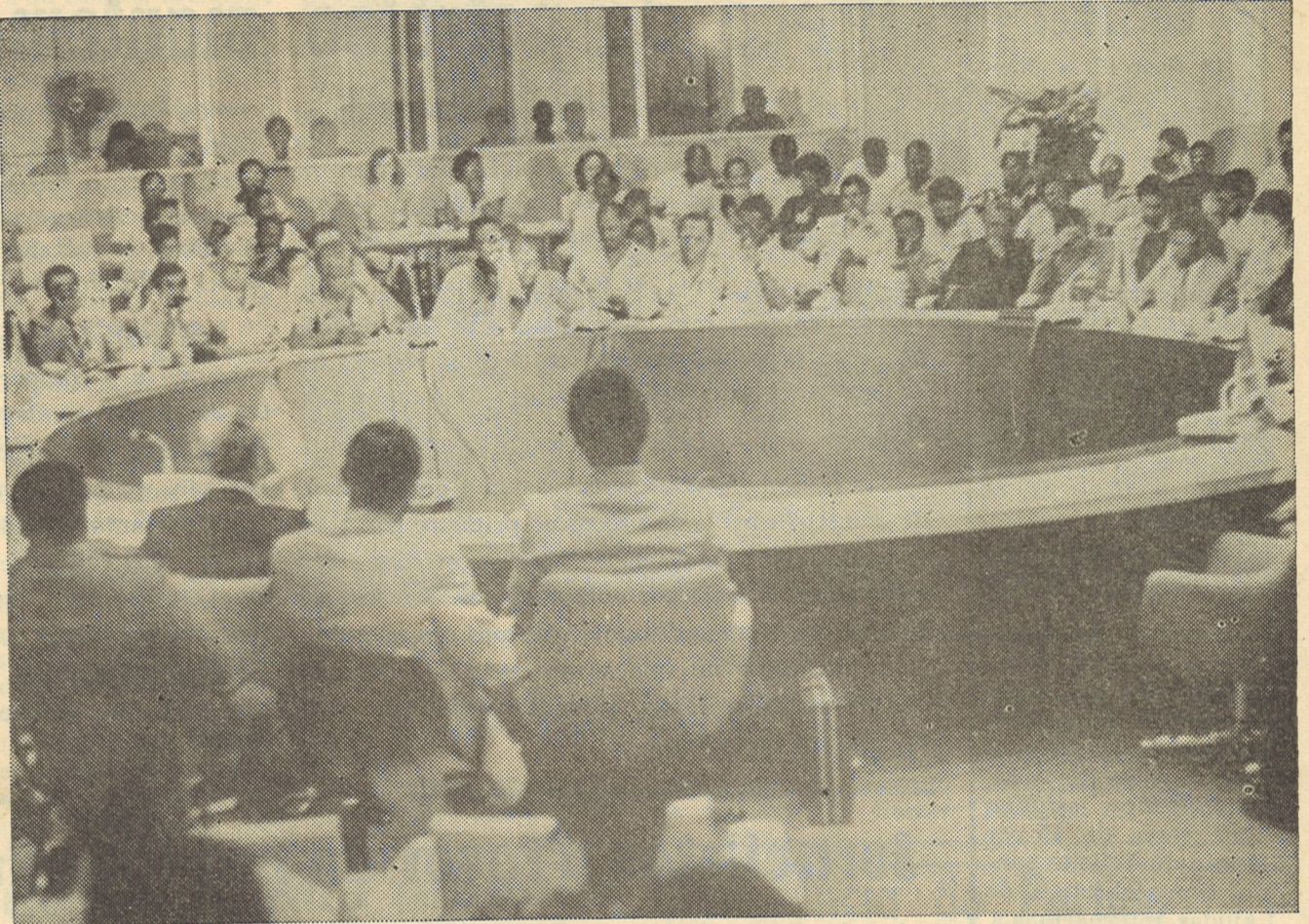
de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

O documento debruçou-se sobre o cumprimento das decisões da III Cimeira realizada na cidade da Praia, em Setembro do ano passado, do funcionamento da Comissão Ministerial e das suas cinco subcomissões, da cooperação política e diplomática e a questão do Timor-Leste. Sobre este último ponto, a delegação do povo maubere presente na reunião fez na quinta-feira, uma exposição sobre a situação actual que prevalece naquele país asiático, a estratégia e a perspectiva que se abre à FRETILIN, representante legítimo do povo de Timor-Leste, na sua luta contra a ocupação do seu território pela Indonésia.

SENSIBILIZAR A OPINIÃO PÚBLICA

Depois da exposição sobre a situação no Timor-Leste seguiu-se o debate e a apresentação de propostas concretas, como a de acção que os cinco países deverão levar junto dos organismos internacionais e de alguns países de modo a sensibilizá-los sobre a luta do povo maubere pela sua autodeterminação e independência.

A introdução da língua portuguesa nas organizações internacionais foi igualmente discuti-



da, pois esta questão reveste-se de uma grande importância para os nossos países, na medida em que a sua efectivação contribuirá consideravelmente para o reforço da cooperação em vários domínios entre os nossos países.

Na análise deste ponto chegou-se à conclusão que as recomendações da Cimeira da Praia não foram postas em prática devido às várias circunstâncias vigentes nos nossos países.

A Reunião da Comissão Ministerial discutiu e aprovou ainda os relatórios das subcomissões, apresentados pelos seus respectivos presidentes. As subcomissões são: Investigação, Formação de Quadros e Acção Cultural, presidida pelo cama-

rada Avito José da Silva, ministro guineense da Educação Nacional; Finanças, Banca e Seguros, pelo ministro angolano das Finanças, Augusto Teixeira de Matos; dos Transportes, por Herculano Vieira, ministro dos Transportes

de Cabo Verde; Comércio Externo, pelo vice-ministro de Comércio Externo, de Moçambique, Daniel Filipe Gabriel, e de Direito, Justiça e Administração, presidida pelo ministro santomense da Justiça, Manuel Vaz Afonso Fernandes.

A sessão de ontem foi dedicada à análise da situação internacional com maior incidência para as principais questões africanas, em particular a situação que se vive na África Austral, tendo os delegados auscultado uma exposição do ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Paulo Teixeira Jorge, sobre as constantes agressões perpetradas pela racista África do Sul sobre os países da Linha da Frente. Os participantes condenaram as agressões e rejeitaram, segundo o porta-voz da reunião, embaixador Mário Cabral, a manobra imperialista visando estabelecer uma ligação entre a presença das forças internacionalistas de Cuba em Angola e a independência da Namíbia.

Analizou-se também a questão do Tchad, do Sahara Ocidental, do Médio Oriente e a situação na América Central e nas Caraíbas.

Editorial

(Continuação da 1.ª página)

Outros sim, muito cedo percebermos que cada bala inimiga disparada no território angolano é um atentado à nossa soberania; os bombardeamentos racistas contra Moçambique são golpes desferidos contra a nossa própria liberdade.

Compreendemos igualmente que cada bolanha ou bocado de terra por semear ali em Cabaxanque, ou plantações perdidas nas roças de S. Tomé ou nos campos de Cabo Verde, são situações que debilitam a nossa acção e capacidade de intervenção porquanto retardam o processo do desenvolvimento, deixando-nos mais vulneráveis.

Assim interpretamos a nossa solidariedade e identidade. Assim entendemos o tipo de comportamento que deve secundar o discurso político.

As Cimeiras de Luanda, Maputo e Praia são etapas que assinalam a vontade comum de dar corpo à cooperação que se pretende nos domínios económico, político e cultural.

Cremos que Bissau vai propiciar novos horizontes nas nossas relações caracterizadas por uma linguagem de entendimento que tomara venha a envolver toda a África.

Benvindos, caros camaradas e companheiros de armas, à Pátria de Amílcar Cabral. Juntos e para sempre, caminhemos para novas vitórias

Missão da FAO no país

No quadro do apelo de ajuda alimentar de emergência lançado pelo nosso país, uma missão da FAO (Organismo da ONU para Alimentação e Agricultura), encontra-se desde quarta-feira no nosso país com o objectivo de proceder ao levantamento da situação agrícola alimentar, em função dos efeitos desastrosos da seca, que provocou uma considerável baixa de produção na campanha agrícola deste ano.

Esta missão já visitou diversos países

da nossa sub-região a fim de constatar «in loco» a situação no domínio da agricultura, com vista a apurar as necessidades de ordem alimentar.

Uma delegação do Governo guineense, através dos contactos com a FAO, sobretudo durante a sua participação na 22.ª Conferência deste organismo internacional em Outubro último, solicitou e obteve uma certa anuência por parte da organização para a inclusão da Guiné-Bissau no

grupo dos países africanos afectados pela seca.

Os dois peritos do Bureau de Operações Especiais de Socorro (OSRP) da FAO, os senhores James Doherty, agrónomo, e Caballero-Ceruti, agro-economista, encontram-se de visita às zonas I e II, acompanhados do sr. Alioune Max Diaw, representante adjunto do PAM na Guiné-Bissau e dos directores das referidas zonas agrícolas do Norte e do Leste.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÓ PINTCHA»: AV. DO BRASIL, C.P. 154 — BISSAU

DIRECTOR: António Soares; CHEFE DE REDACÇÃO EM EXERCÍCIO: João Quintino

REDACÇÃO: Américo Alves, António Tavares, Baltazar Bebião, Carolina Morgado, Cristóvão Mango, Fernando Jorge, José Tenafes, Pedro António Simão Abina. MAQUETAGEM: Cândido Camará, Justiniano Mendonça. FOTOGRAFIA: Agostinho Sá, Casimiro CA, José Tebuda, Manuel Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. SECRETARIA DA REDACÇÃO: Eurídice Gama, Idal Miranda, Ivete Monteiro.